



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 6.029, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DEFINIDA PELO DECRETO 5.619/2022, ALTERADO PELO DECRETO 5.660/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Marco Regulatório do Terceiro Setor, definida no Art. 2º, alínea b, do Decreto nº. 5.619/2022, alterado pelo Decreto 5.660/2022 que passa a ter a seguinte indicação:

b) Social:

- I – Milenne Dias Alves Campos
- II – Luciana Nogueira
- III – Ricardo Souza Moreira dos Santos

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e mantém inalterado os demais artigos do Decreto 5.619/2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itanhandu, 16 de setembro de 2022.

Paulo Henrique Pinto Monteiro
Prefeito Municipal

operacionais, inclusive no que diz respeito ao padrão arquitetônico, urbanístico e de meio ambiente;

X – incentivar a economia local, dando preferência em adquirir e contratar produtos e serviços de fornecedores deste município, quando da construção e posterior operacionalização da empresa;

XI – praticar, apoiar e incentivar as ações de cunho social, educativo, profissionalizante, cultural e ambiental, voltados ao desenvolvimento da sociedade local.

Parágrafo único. No mínimo 80% dos empregos formais mantidos pela empresa beneficiária na unidade industrial instalada no terreno recebido em concessão de direito real de uso, deverão ser destinados a profissionais residentes e domiciliados neste município.

Capítulo VI - Da Fiscalização

Art. 9º - Compete ao Poder Executivo a fiscalização do cumprimento dos encargos e prazos estabelecidos nesta Lei, comprometendo-se a empresa beneficiária a fornecer-lhe todas as informações e documentos necessários a este fim em prazo previamente fixado.

Capítulo VII - Da revogação da concessão de direito real de uso

Art. 10. Na hipótese de descumprimento de qualquer encargo ou prazo de que trata esta lei, bem como na de decretação de falência da empresa donatária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder à revogação da concessão de direito real de uso, efetuada e o consequente cancelamento de registros junto ao Cartório competente.

Capítulo - VIII - Dos Gravames da concessão

Art. 11. Sem prejuízo do que dispõe o artigo anterior, a escritura pública de concessão de direito real de uso do imóvel conterá cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, ressalvada a possibilidade de alteração do quadro societário da donatária, a qualquer tempo.

Capítulo IX - Das Disposições Gerais

Art. 12. Não podendo a empresa beneficiária garantir ao mesmo tempo os dois encargos de que trata o Anexo I desta Lei – número de empregos e faturamento mensal – poderá ser atendido em dobro apenas um dos encargos.

Art. 13. Os valores de faturamento mensal por terreno dado em concessão previstos no Anexo I desta Lei poderão ser corrigidos anualmente por meio do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 14. As despesas com execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento em vigor.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Itanhandu, 25 de agosto de 2022.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Encargos, inciso V, do art. 8º:

Terrenos	Nº de empregos (por lote)	Faturamento mensal
01 e 04	15 empregos cada	R\$ 210.000,00
02 e 03	20 empregos cada	R\$ 242.000,00
05 e 06	40 empregos cada	R\$ 520.000,00

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:C9E0B24E

ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº. 6.029, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO Nº. 6.029, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DEFINIDA PELO DECRETO 5.619/2022, ALTERADO PELO DECRETO 5.660/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Marco Regulatório do Terceiro Setor, definida no Art. 2º, alínea b, do Decreto nº. 5.619/2022, alterado pelo Decreto 5.660/2022 que passa a ter a seguinte indicação:

Social:

I – Milenne Dias Alves Campos

II – Luciana Nogueira

III – Ricardo Souza Moreira dos Santos

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e mantém inalterado os demais artigos do Decreto 5.619/2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Itanhandu, 16 de setembro de 2022.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:6FD2A47D

ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 6.030, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

DECRETO Nº 6.030, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre substituição de membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, composto através do Decreto nº. 4.967/2021, alterado pelos Decretos nº. 5.183/2021, 5.256/2021, 5.283/2021, 5.437/2021 e 5.741/2022 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o MEMO SETUR 069/2022 de 12 de setembro de 2022.

DECRETA:

Art. 1ºFicam nomeados, junto ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, composto através Decreto nº. 4.967/2021, alterado pelos Decretos nº. 5.183/2021, 5.256/2021, 5.283/2021, 5.437/2021 e 5.741/2022, os seguintes membros:

Poder Público:

Representante da Secretaria Municipal de Educação;

TITULAR: Helessandra de Cássia Silva em substituição à Luciano Leite Alves

SUPLENTE: Myrian Ludovino de Souza Miguel Ribeiro em substituição a Fernanda Fonseca Andrade

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação